

Paulo de Tarso

Grego e Romano, Judeu e Cristão

José Augusto Ramos, Maria Cristina de Sousa Pimentel,
Maria do Céu Fialho e Nuno Simões Rodrigues (coords.)

EIS SPANIAN.
PAULO DE TARSO NA HISPÂNIA

NUNO SIMÕES RODRIGUES
Universidade de Lisboa

*Centro de História da Universidade de Lisboa
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra*

A conversão de Saulo é uma problemática que transcende os objectivos desta reflexão. Mas ela é essencial para que se compreenda a missão evangélica de Paulo e a razão por que o Apóstolo se dirigirá a Roma, o centro do Império, bem como às periferias do mesmo, fazendo desses espaços importantes percursos teológicos para o cristianismo emergente. Em Saulo, a conversão significa a aceitação de Jesus como o Cristo, o Messias da cultura judaica, o que implica uma reavaliação das ideias de Salvação e dos destinos do mundo. Com a mudança vem o projecto de difundir a Boa Nova, que passa a levar em conta todos os que não pertenciam ao judaísmo. A consciência da missão de Paulo está bem delineada na carta que escreveu aos Gálatas: «para que anuncie como Evangelho entre os gentios»¹. Doravante, o principal objectivo do apóstolo será converter, o que não deixa de traduzir uma ruptura dentro do próprio judaísmo, visto que se envereda por um espírito essencial e militantemente proselitista, característica que não definia a essência daquela religião, ainda que não estivesse excluída dela.

O ano 34 d.C., enquanto em Roma governava Tibério, terá assistido à primeira viagem evangélica de Paulo, que teve como destino Petra, na Arábia Nabateia². O périplo continuou nos anos seguintes por Damasco, Jerusalém, Chipre, Antioquia, pelas cidades da Ásia Menor, por Filipos, Tessalónica, Bereia, Atenas, Corinto, Éfeso, Cós, Rodes e Pátaros³. Mais tarde, depois de ser preso no Templo, em Jerusalém, Paulo declara-se cidadão de Roma e comparece perante o sinédrio, onde se confessa fariseu, granjeando desse modo o apoio dessa facção, naquele órgão. Na sequência deste acontecimento, os fariseus presentes no sinédrio proclamam a inocência de Paulo, ainda que sob os protestos dos saduceus. O apóstolo é retirado da assembleia e, segundo o autor dos *Actos*, Jesus aparece ao apóstolo, comunicando-lhe que deveria ir a Roma dar testemunho da sua verdade.

¹ *Gl* 1,16. Como conclui Murphy-O'Connor, 2008, 93-94, «a missão de Paulo aos pagãos não foi desenvolvimento tardio, nem mero prolongamento de uma suposta expansão de helenistas em Jerusalém».

² *Gl* 1,17. Sobre a identificação da «Arábia» com Petra, Murphy-O'Connor, 2008, 94-95.

³ *Act* 9,19-30; 13,4-5; 13,16-50; 14,1-20; 16,11-13; 17,1-8; 17,10-34; 18,1-11; 18,19; 19,1-11; 20,17-38; 21,1-3.

Este passo introduz a necessidade de a pregação se dirigir à *Vrbs caput mundi*.

Perante as ameaças dos judeus, Paulo apela a César, preferindo enfrentar um processo em Roma do que entre os seus conterrâneos. Por certo, o apóstolo das nações sabia que entre estes teria menos hipóteses do que junto das autoridades romanas, leigas em questões de teologia judaica. Só isso explica a razão do apelo, quando sabemos que o magistrado romano em exercício na província tinha poderes para julgar um cidadão romano e condená-lo, inclusive, à pena capital. Neste quadro, Paulo teria recorrido à *prouocatio ad imperium*, confirmada pela *lex Iulia de vi publica*, que autorizava qualquer cidadão romano a apelar ao imperador contra uma condenação infligida por um governador provincial, ao mesmo tempo que proibia os funcionários imperiais de se lhe oporem. O conhecimento que [António?] Félix, o então legado provincial de Nero, teria das questões envolvidas e um eventual compadrio com as autoridades judaicas locais poderá também não estar excluído das motivações que levaram a esta decisão⁴. Note-se que o procurador propõe a Paulo o julgamento em Jerusalém, perante as autoridades judaicas, ainda que na sua presença⁵. Na verdade, parece que Félix pretendia demitir-se do problema, entregando-o nas mãos dos judeus, como anos antes Pilatos fizera em relação a Jesus de Nazaré. Este episódio confirma, aliás, a ideia segundo a qual a construção literário-biográfica do percurso de Paulo acompanha *pari passu* a do Cristo⁶.

É então que se inicia a narrativa que descreve a viagem do apóstolo a Roma, que deverá ter ocorrido por volta de 60 d.C.⁷ A descrição sustenta-se da estrutura tópica da viagem literária antiga, em particular da greco-latina: a ida de Jerusalém para Sidon, na Fenícia; o barco proveniente do Egipto; a passagem por Creta; o naufrágio; a tensão dramática dos naufragos perante a morte; a ilha de Malta; a chegada ao Adriático e o desembarque em Putéolos são elementos com afinidades com várias viagens célebres, como a de Ulisses, na *Odisseia*, e a de Flávio Josefo, tal como a narra na *Vita*. Ou com outras ainda, que podem ser lidas nos *Argonautica* de Apolónio de Rodes, no romance grego, no *Satyricon* de Petrónio, em epigramas da *Anthologia Palatina* ou até mesmo na historiografia de Tácito, em Plínio-o-Velho e nos *Acta Petri*⁸. Deve, por isso,

⁴ *Act* 24,22. Ver Rodrigues, 2007, 675-704; Méléze-Modrzejewski, 1989, 407-409.

⁵ *Act* 25,9.

⁶ Ver e.g. *Lc* 23,6-12; Murphy-O'Connor, 2008.

⁷ Thiede, 1986, 102, sugere o ano 60 d.C., como possível data da chegada de Paulo a Roma.

⁸ *Od.* 14, 250-320; J., *Vit.* 13-16; A.R. 4, 1223-1240, 1634-1690, em que Creta é igualmente um ponto de passagem; Petr. 114-116; *AG* 7, 289, 290 e 550. Sobre o tema, ver Medeiros, 2000, 519-526. Recordemos que, nos *Annales*, Agripina Menor é vítima de uma emboscada armada por Nero, quase sucumbindo a um naufrágio, Tac., *Ann.* 14, 5. Aqui o facto histórico coincide com o *topos* literário. Sobre a travessia de Itália a Alexandria, ver Plin., *Nat.* 19, 1, 3. Alexandria era, ao que parece, um ponto favorável na viagem da Judeia à Itália. Sobre o naufrágio de Paulo, ver Rapske, 1994, 1-47.

ter-se em conta a possibilidade de estarmos perante um *topos* literário comum na época em análise, relativizando o valor historiográfico que a descrição em causa poderá ter, visto que a coincidência temática é demasiada⁹. Note-se, todavia, que não negamos a viagem do apóstolo enquanto facto; antes, problematizamos o conteúdo da narrativa que a descreve.

O texto dos *Actos* que menciona a estada de Paulo em Roma refere que o judeu teve autorização, apesar de estar sob custódia das autoridades, para ficar em alojamento próprio¹⁰. Isso deve significar que Paulo ficou como que em prisão domiciliária na cidade, o que atesta em favor da ideia de que as autoridades romanas não o teriam como um perigoso fora-da-lei ou um político sedicioso. De qualquer modo, esse procedimento estava previsto no Direito Romano: tratava-se da *custodia militaris*¹¹.

Alguns têm alegado que, em Roma, nessas condições, Paulo teria escrito algumas cartas a várias igrejas cristãs espalhadas pelo Mediterrâneo. Estariam nesse grupo as dos Filipenses, Colossenses, Efésios e a pequena missiva dirigida a Filémon. A epístola aos Romanos, contudo, terá sido composta antes de o apóstolo se ter deslocado a Roma e de ter conhecido a comunidade local *in persona*, anunciando a intenção de o fazer quando se deslocasse à Hispânia:

«como não tenho mais nenhum campo de acção nestas regiões, e há muitos anos que ando com tão grande desejo de ir ter convosco, quando for de viagem para a Hispânia... Ao passar por aí, espero ver-vos e receber a vossa ajuda para ir até lá, depois de primeiro ter gozado, ainda que por um pouco, da vossa companhia... Portanto, quando este assunto estiver resolvido, e lhes tiver entregado o produto desta colecta devidamente selado, partirei para a Hispânia, passando por junto de vós»¹².

⁹ Sobre esta questão, diz Rajak, 1984, 44: «a conventional motif, and... in spite of its length, its first person form and its abundance of nautical detail, that it need not be an authentic account.» Ver ainda Dauvillier, 1960, 3-26. O tema do naufrágio é também discutido por Légasse, 2000, 226, 231-233; Rougé, 1952, 316-325; Rougé, 1960, 193-203; Rougé, 1967, 237-247; Miles, Trompf, 1976, 259-267; Ladouceur, 1980, 435-449.

¹⁰ *Act* 28,16. Sordi, 1960, 393-409, atrasa a datação deste processo em cerca de quatro anos.

¹¹ A referência de Sen., *Ep.* 5, 7, deve coincidir com a situação em que Paulo se encontrava: algemado por um braço ao de um soldado. Algumas interpretações dos *Act* 28,16, indicam que o apóstolo se teria instalado perto do campo pretoriano, na região nordeste da cidade. Não sendo esta propriamente uma zona onde se ateste uma forte densidade populacional judaica, note-se que ficava relativamente próxima da Subura, bairro popular, situado entre o Viminal e o Esquilino, onde se instalaram alguns dos judeus de Roma. É possível, por isso, que esses tivessem sido a estrutura de apoio do apóstolo. Rapske, 1994, 232-239, sugere que Paulo tenha ficado perto dos *Castra Praetoria*, em algum tipo de alojamento em *insulae* ou *cauponae* ou *deuersoria*. Nesse texto discutem-se as condições de vida na área da cidade em que Paulo se teria alojado. Sherwin-White, 1963, 108-119.

¹² *Rm* 15,23-24, 28. A viagem à Hispânia é também aceite, entre outros, por Légasse, 2000, 242-243; Rougé, 1967, 237-247; Baslez, 1991, 2008, 210, 278-280.

Estas palavras provam que haveria, da parte de Paulo de Tarso, intenção de se deslocar à Península Ibérica, *eis Spanían*, e que essa viagem teria tanta ou mais importância do que a que o levaria à capital do Império. Alguns autores chegaram mesmo a desvalorizar a missão romana e a fazer depender a sua interpretação da carta aos Romanos da missão hispânica, em que Paulo reclamaria para si um cumprimento profético em relação ao livro de *Isaías*, o que não deixou de originar críticas antagónicas¹³.

Mas terá Paulo de Tarso de facto vindo à Hispânia?

É bem provável que a prisão de Paulo corresponda a uma primeira estada do apóstolo em Roma, datada de entre 60 e 62. Esse é também o período em que se verifica a influência da imperatriz Popeia Sabina na corte imperial – a qual, como sabemos, era filo-judaizante –, e uma relação cordial com os judeus, como se percebe por figuras como Festo ou por situações como a da embaixada judaica a Nero¹⁴. Por essa época, o conflito judaico que haveria de se manifestar alguns anos mais tarde, estava ainda razoavelmente latente, em germinação. Por outro lado, a corte imperial vivia momentos de perturbação interna, de transformações, como a neutralização da *factio* de Agripina Menor, que anteriormente fora influente junto do imperador, e a ascensão de um novo partido, do qual se destaca precisamente a figura de Popeia. As boas relações com os judeus ter-se-iam traduzido na detenção do sedicioso Paulo de Tarso, que, à cautela, não foi eliminado de imediato. A condenação de Paulo far-se-á num segundo momento, em 67 d.C., na sequência dos graves conflitos com os judeus, na Judeia e talvez em Roma, estes derivados da oposição ao cristianismo emergente e de acontecimentos paralelos, como o incêndio de 64, que acabaram por ser relacionados com os cristãos. A tolerância romana revelara-se incompatível com aquela «*factio judaica*» e tornou-se difícil poupar um cabecilha judeu à frente de um movimento messiânico. Talvez resida aí a explicação do tratamento dado a Paulo de Tarso durante a sua primeira prisão e a diferença de comportamento das autoridades, no momento da segunda, que acabou por conduzi-lo à morte.

Na verdade, desconhecemos o quadro político da libertação de Paulo em 62, havendo que considerar hipóteses como uma decisão imperial favorável ou uma amnistia com vista a libertar presos de delito menor¹⁵. É provável

¹³ Esta leitura parte da premissa segundo a qual tanto a carta como a visita de Paulo aos cristãos em Roma teria tido como objectivo principal a missão hispânica e a angariação de apoios para essa viagem, através da plataforma romana. Ver Jewett, 2007, 70-80; Jewett, 1982, 5-20; Jewett, 1988, 142-161; Dewey, 1994, 321-349; Zeller, 1973, 38-77; Aus, 1979, 232-262; Murphy-O'Connor, 2008, 258-259. Contra esta tese, talvez demasiado redutora em relação à importância da comunidade romana, ver Das, 2008, 60-73.

¹⁴ Murphy-O'Connor, 2008, 24, 43, 46; cf. *Act* 24,26-27 e *J.*, *AJ* 20, 189-195.

¹⁵ Murphy-O'Connor, 2008, 285-286.

ainda que esta se tenha verificado na sequência de um vazio jurídico ou na falta de libelo acusatório que permitisse mantê-lo preso. O mesmo vazio que possibilitou a Paulo ficar em prisão domiciliária e não ser encerrado num cárcere. Isso significa também que nem a pressão dos judeus romanos ou sequer uma eventual intervenção de Popeia conseguiram manter o apóstolo na prisão.

É na sequência desta libertação que encontramos folga para a hipótese da deslocação de Paulo à Península Ibérica. Efectivamente, é bem possível que, depois da sua libertação, ele tenha encetado nova viagem. Alguns dos textos mais tardios dão como facto a deslocação à Hispânia. Esta é sugerida pela expressão «ter ido até aos confins do Ocidente»¹⁶ em Clemente Romano e referida explicitamente nos *Acta Petri*, que chamam mesmo ao apóstolo o *medicus qui constituti in Spania sunt*¹⁷. É evidente que poderá tratar-se do desenvolvimento apócrifo de um tema anunciado no texto bíblico, mas, como nota Murphy-O'Connor, a viagem a território hispânico não oferecia qualquer esforço excepcional, pois a península estava a uma distância relativamente curta do porto de Óstia: em quatro dias, o Apóstolo teria chegado às costas da Catalunha e em sete a Cádiz. Além disso, a Hispânia estaria natural e claramente na mira da igreja emergente de Roma, enquanto território de evangelização¹⁸.

Mas que motivações e argumentos suplementares teria Paulo de Tarso para se deslocar à Hispânia?

Como tivemos já oportunidade de registar, os primeiros a converterem-se à fé em Cristo provinham do judaísmo¹⁹. Eram esses quem preenchia o espaço que preparara a expectativa messiânica que dava sentido ao Cristo e, como tal, seria daí que surgiriam os primeiros a reconhecerem que a promessa de Javé se teria cumprido. Os próprios apóstolos testemunham-no. Este facto é válido quer para o território de Israel e da Judeia, como para a diáspora, onde muitos dos filhos de Abraão se tinham instalado, na sequência de várias vicissitudes históricas. A leitura dos *Actos dos Apóstolos* confirma esta ideia, visto que, nas várias cidades por onde os apóstolos passam, é em primeiro lugar aos judeus e só depois aos não judeus que aqueles transmitem a Palavra. Ainda que muitos de entre os judeus recusem a chegada do Messias

¹⁶ *Clem. Rom.* Cor 5, 7. A expressão está de acordo com o que Estrabão diz sobre a Península Ibérica, *Geog.* 3, 1, 4. Consideramos que esta expressão deverá ter uma conotação efectivamente geográfica e não simbólica, atendo-se a Roma, como alguns sugerem, e.g. Walker, 2008, 193, 200. Recordemos que a Hispânia, como a Gália, eram territórios já bem conhecidos no Império Romano do século I. Clemente, que escreve em 95, chega mesmo a falar de «deportação» e com base neste termo vários autores sugeriram que Paulo teria sido deportado para a Hispânia, Pherigo, 1951, 277-284; Bruce, 1977, 445-446.

¹⁷ *Acta Petri* 1.

¹⁸ Tese defendida por Murphy-O'Connor, 2008.

¹⁹ Rodrigues, 2007.

em Jesus, outros há, entre esses, que o aceitam. E apesar de Paulo surgir como um apóstolo especialmente vocacionado para as nações, certamente não desprezaria nenhuma ovelha que tivesse já lugar no rebanho original. Como em todos os locais até então visitados Paulo começava a evangelização pelos judeus, não há razões para pensarmos que não tivesse previsto o mesmo programa em relação à Hispânia, cujas comunidades judaicas teriam funcionado como motor e motivação da viagem²⁰.

Emerge então uma outra problemática: havia judeus na Hispânia no tempo de Paulo de Tarso?

Alguns autores discordam da ideia, mas consideramos que a presença judaica na Península Ibérica no século I era um facto, que poderá ter funcionado como pólo de atracção para o projecto paulino²¹. Foram várias as razões para a diáspora judaica. A chegada à Ibéria inserir-se-á em algumas delas: exílio político, voluntário ou forçado; superpovoamento; atracção económica e cultural²².

²⁰ Segundo os textos bíblicos, a intenção evangelizadora de Paulo era a de pregar primeiro aos judeus e depois aos gregos, «primeiro o judeu e depois o grego», *Rm* 1,16. A este propósito, Santos Yanguas, 1982, 277, citou já Díaz y Díaz, 1967, 429, que diz: «También tendremos que plantearnos como condición previa el conocimiento de la existencia o no de comunidades judias, que existieron, sin duda, pero sobre cuyo número, densidad y localización carecemos de datos, pues en ellas era donde se realizaba siempre la primera siembra». Bowers, 1975, 390-402, discorda desta hipótese, considerando que a viagem de Paulo à Hispânia significava o esgotamento de comunidades judaicas a Oriente, até Roma, surgindo agora a possibilidade de evangelizar de raiz. Com García Iglesias, 1978, pensamos que esta tese é inconvincente. Bowers, porém, aceita a ideia de comércio entre Judeus e Iberos, o que, para ele, não implica a existência de comunidades enraizadas. Uma coisa, contudo, não exclui a outra. O mesmo Bowers salienta que não há evidência de comunidades judaicas na Península antes de 70 d.C. Pensamos que isso é um *argumentum e silentio*, que não invalida a sua existência. Há comércio e isso não implica que não houvesse comunidades também. De qualquer modo, Bowers crê que o desenvolvimento dessa comunidade tem as suas raízes nos acontecimentos de 70-135 d.C., sendo inverosímil a sua existência no tempo de Paulo. Um dos argumentos evocados é o texto de *Act* 2,9-11, onde se mencionam várias áreas do Império e não a Hispânia. Mas pensamos que esse não é um argumento que invalide a questão. Além disso, o passo de *Actos* deverá antes indicar que aquelas eram as áreas da diáspora mais conhecidas no Oriente e não porque Roma era o limite ocidental. Talvez se possa também deduzir a relação das comunidades hispânicas com Roma ou Cartago, onde poderão ter tido origem. A tese da chegada do cristianismo à Península no século I, ainda que não se afirme a evangelização de Paulo de Tarso como um dado histórico, é também admitida por Sánchez Salor, 1995, 165-181, e Sánchez Salor, 1986, 69. Nestes textos evoca-se a hipótese da lenda da evangelização peninsular por Paulo de Tarso, mas há que salientar que essa ideia não faz sentido, porque foi pronunciada pelo próprio Paulo na epístola aos Romanos, não se tratando de uma criação local. Smallwood, 1976, 2001, 122, também se mostra cautelosa na conclusão/hipótese da existência de comunidades judaicas na Hispânia no tempo de Paulo. Efectivamente, não há prova disso, mas cremos que se torna verosímil como hipótese de trabalho. Já Murphy-O'Connor, 2008, 285-290, considera que a densidade populacional judaica na Península Ibérica seria pouco significativa ou mesmo nula. Ver ainda, Jewett, 2007, 924, e Das, 2008, 61, que também consideram que a presença judaica na Hispânia nesta época seria pouco significativa. Sobre os Judeus na Gália, Blumenkranz, 1969, 162-174; Blumenkranz, 1971, 62-64. Uma síntese desta problemática pode ser lida em Rodrigues, 2006, 9-34.

²¹ Ideia que defendemos em Rodrigues, 2006, 9-34.

²² Ver Smallwood, 1976, 2001, 120-122.

Baslez salientou inclusivamente que as gentes de Tarso, em particular, tinham já absorvido o hábito de visitar os territórios ocidentais²³. A Hispânia, mais até do que a Gália, atraía comerciantes e intelectuais da Síria e da Palestina, desde os tempos da talassocracia fenícia, movidos pelas trocas e pelos cultos localizados no estreito de Gibraltar²⁴. A tese parece-nos verosímil, tanto mais que isso poderá ter acontecido em vários momentos, inclusivamente a partir do século I a.C.: na sequência da chegada de judeus a Roma, após a intervenção de Pompeio na Judeia em 63 a.C., a partir de onde poderão ter chegado à Hispânia²⁵; aquando da expulsão nos principados de Tibério²⁶ e de Cláudio²⁷; no tempo da nova vaga migratória judaica, após a destruição do Templo por Tito²⁸; ou ainda em outros momentos como os dos conflitos do tempo de Domiciano²⁹ e da conjuntura que se seguiu aos acontecimentos de Bar Kokhba. Além disso, em Roma, a «fuga» para a Ibéria não era, de modo algum, novidade. Recordemos os casos de Sertório, de Marco Sálvio Otão e do sábio capadócio Apolónio de Tíana, os dois últimos no tempo de Nero e, portanto, contemporâneos de Paulo de Tarso³⁰. Outro exemplo a destacar é o dos judeus Herodes Antipas e Herodíade, exilados talvez na Hispânia, no tempo de Gaio Calígula. Este facto sugere também a possível existência de judeus no território, para junto dos quais o casal real poderia ter sido enviado (ou talvez não, e precisamente por isso aí exilado)³¹. De

²³ A este propósito, recordamos o livro de *Jonas* (*Jn* 1,3), datado dos séculos V-IV a.C. e com acção situada no século VIII a.C., em que, para fugir à missão ninivita, o profeta embarca em direcção a Târsis, território que tem sido localizado na Península Ibérica.

²⁴ Baslez, 1991, 2008, 278; ver ainda o estudo de Gomes, 2011.

²⁵ Rodrigues, 2007, 241-242.

²⁶ García Moreno, 2005, 45. Sobre esta questão, ver Rodrigues, 2007, 395-398.

²⁷ Rodrigues, 2007, 501-516.

²⁸ Este momento parece ganhar consistência se se tiver em conta que, segundo as fontes talmúdicas, chegaram à Península, na sequência dos conflitos de 66-70 na Judeia, novos grupos de judeus palestineses. García Iglesias, 1978, 47; García Moreno, 1994, 47-48; Rodrigues, 2007, 690-697. Havia famílias judaicas ibéricas, como os Aibalia, que reclamavam uma ancestralidade que remontava a este período, Rabello, 1980, 159.

²⁹ Rodrigues, 2007, 722-732. A situação no tempo de Domiciano é controversa. Santos Yanguas, 1982, 271-278.

³⁰ Plu. *Gal.* 20, 1; *Sert.* 12, 2; Philost. *V. Ap.* 4, 37-38. Sem referir períodos anteriores, como o das Guerras Púnicas.

³¹ Mantém-se, porém, a dúvida sobre se terá sido a Hispânia ou a Gália, o local do degredo. A escolha do local de exílio, contudo, terá advindo do factor distância, relativamente à Judeia. Segundo Josefo, Calígula considerou a ousadia do tetarca um ultraje e, na sequência do acontecimento, banii Antipas e Herodíade para a Gália, ou para a Hispânia, onde, provavelmente, acabaram por morrer. J., *BJ* 2, 181, na Hispânia; segundo *AJ* 18, 252, o exílio foi na Gália, na cidade de Lugduno. As palavras de Herrmann, 1973, 55, quanto ao lugar do exílio, não nos parecem convincentes: «il s'agissait de Lugdunum Conuenerum, c'est-à-dire de Saint-Bertrand-de-Comminges, localité de Haute-Garonne, où on prétend posséder le tombeau d'Hérode et d'Hérodiade!» Deverá tratar-se de uma tradição de origem medieval, provavelmente derivada da leitura de Josefo, uma vez que Hier. *Contra Vigilianum*, ignora completamente o facto. De qualquer modo, o mais plausível é que o exílio se tenha verificado na Gália, porque Arquelau fora banido para Vienne, na Gália Narbonense, cidade das margens do Ródano, tal como Lugduno; cf. Str. 16, 2, 46; J., *AJ* 17, 344;

qualquer modo, a continuidade das comunidades judaicas ibéricas deverá radicar neste contexto.

As palavras de Paulo à igreja de Roma fornecem ainda informação adicional acerca da mobilidade dos judeus do mundo romano, bem como de outros grupos: Febe que viaja de Cêncreas a Roma, com a missão de entregar uma carta; Priscila e Áquila, que saem de Roma no tempo de Cláudio e ali voltam no tempo de Nero, passando por Corinto e por Éfeso; Andronico e Júnias são «concidadãos» de Paulo; e o cômputo geral de cristãos mencionados, alegadamente conhecidos do apóstolo antes da sua visita a Roma, a que se juntam os exemplos de Simão Pedro e do próprio Paulo de Tarso. Assinale-se ainda a existência de embaixadas e acrescentem-se os interesses comerciais que decerto alguns judeus de Roma tinham³². Estes são factores que apontam para a mobilidade entre o Oriente e o Ocidente que explica a continuidade dos contactos com a cultura matricial judaica, a manutenção das redes de solidariedade étnico-religiosa, bem como a forma como funcionava a transmissão da informação relativa ao que ia acontecendo na Judeia e na Palestina em geral, e até o modo como se difundiram pelo Império as primeiras notícias acerca do movimento do Nazareno.

Há ainda um argumento adicional que passamos a explicar. No século VI, quando, na sequência da tomada de Jerusalém por Nabucodonosor II, o profeta Abdias redigiu o seu livro, referiu-se a Sefarad, o nome judaico da Hispânia:

«Os deportados deste exército, os filhos de Israel ocuparão as terras dos cananeus até Sarepta. Os deportados de Jerusalém que estão em Sefarad possuirão as terras do Négueb.»³³

Partindo do princípio de que a Sefarad mencionada é a Península Ibérica, sugere-se a localização de comunidades hebraicas nesse território. Há dúvidas, todavia, acerca da identificação do topónimo, preferindo alguns associar esta Sefarad a Sárdis, na Ásia Menor³⁴. Mas, no século I d.C., Jónatas ben Uziel,

BJ 2, 111; D. C. 55, 27; Eus. *HE* 1, 11, 3, onde também se indica Vienne; Crouzel, 1970, 275-280. Uma tradição, baseada num texto antigo (*Profugus a facie Dei uixit in Tarracone et Emerita, et foede occiditur in Rhodio Lusitaniae oppido*), assinala que Herodes teria morrido em território hoje português, e várias terras «reclamam» o lugar: Roda, Ródão, Redinha. A tradição popular, porém, crê tratar-se de Herodes-o-Grande, pela «fama» que o cristianismo lhe deu. Mas a origem da eventual lenda deverá remontar a Herodes Antipas e a uma tradição medieval que relacionou o Ródano gaulês com o topónimo peninsular e se divulgou popularmente. Ver ainda Rodrigues, 2005, 417-431; Rodrigues, 2006, 9-34.

³² O que explicará, e.g., a importante sinagoga de Óstia; ver Olsson, 2001. Sobre Áquila e Priscila, ver Barbero, 2001.

³³ *Abd* 20.

³⁴ Neiman, 1963, 128-130. Alguns consideram bastante improvável que houvesse comunidades hebraicas em espaços tão distantes como a Península Ibérica, na sequência da dispersão causada pelos Babilónios. Isso não impediu, porém, que se desenvolvessem lendas

comentador bíblico e discípulo do rabino Hilel, preferiu entender esta Sefarad como a Península Ibérica³⁵. O que levou a essa exegese? Como nota García Moreno, e com pertinência, a explicação mais plausível para o facto é que a quantidade de judeus que habitava a Península no tempo de ben Uziel, e não no de Abdias, seria de tal forma significativa, que se justificava então esta interpretação. O que equivale a dizer que, no tempo de Paulo de Tarso, haveria efectivamente implantação judaica expressiva na Hispânia.

Deparamos assim com uma série de argumentos que tornam verosímil a hipótese da vinda de Paulo à Hispânia. Acrescente-se ainda que se nenhum documento prova de forma inequívoca que a viagem efectivamente aconteceu, também não dispomos de nenhum que demonstre o contrário³⁶. Apenas conhecemos factos que nos permitem equacionar cenários e nós, como outros, consideramos essa hipótese com um elevado grau de plausibilidade. A sua admissão permite-nos explicar inclusivamente a razão por que Paulo de Tarso não teria sido implicado no processo que se desenrolou em Roma contra os cristãos, na sequência do grande incêndio de 64 d.C., e ter morrido três a quatro anos após a perseguição neroniana³⁷. Em 64, ano em que tudo leva a crer que a percepção romana do cristianismo terá sido pertinentemente renovada, o apóstolo deveria estar de novo no Oriente, regressado do desaire hispânico.

Efectivamente, o facto de Paulo se ter deslocado ao território ibérico não significa que a sua missão evangelizadora tivesse tido êxito. Ao que parece, não o teve mesmo, pois nada aparenta ter resultado dessa visita. Não conhecemos, por exemplo, nenhuma epístola «aos Tarraconenses», «aos Emeritenses» ou «aos Olisiponenses», além de que, como notou M.-F. Baslez, que considera este um projecto «possible et même vraisemblable», não existe qualquer tradição local que conserve a memória de uma missão paulina hispânica³⁸. Mas o carácter factual da viagem é verosímil. Para justificar a ausência de tradições na memória colectiva e de outra documentação referente a essa deslocação sugeriu-se

que relacionassem as comunidades sefarditas com a diáspora consequente das conquistas de Nabucodonosor II, como testemunham os escritos de Isaac Abravanel, García Iglesias, 1978, 36-37; Beinart, 1962, 1-32; Beinart, 1992, 15-17.

³⁵ Laredo, 1944, 351-352.

³⁶ Meinardus, 1978, 61-63. A omissão da viagem hispânica nos *Actos* poderá simplesmente explicar-se pelo problema da datação dos mesmos ou com o desaire da missão, que não interessaria ao autor do texto bíblico.

³⁷ Murphy-O'Connor, 2008, 373, que afina estas datas e atrasa a viagem à Hispânia em cerca de dois anos. Tratámos esta questão em Rodrigues, 2007, 609-637, 643-657.

³⁸ Ao contrário da Gália, onde, curiosamente, nada aponta para que tivesse sido visitada pelo apóstolo. Como refere esta autora, o cristianismo terá atingido a Gália através de evangelizadores romanos por via alpina e não por via mediterrânea. Baslez, 1991, 2008, 280. Este argumento, contudo, não é, quanto a nós válido para negar a vinda de Paulo à Península Ibérica. Na verdade, o apóstolo terá passado por vários locais dos quais não possuímos qualquer notícia (de novo um *argumentum e silentio*). De igual modo, Paulo não terá escrito cartas a todas as comunidades que conheceu.

o fracasso da missão ibérica. Com efeito, como nota Murphy-O'Connor, a viagem terá sido «um fiasco» e ao apóstolo teria bastado um Verão para o perceber³⁹. Em grande parte, o desaire terá derivado do desconhecimento praticamente generalizado do grego e da difusão maioritária do latim, que convivía com os inúmeros dialectos locais, nas terras do Ocidente. Tenha-se ainda em conta que, à época, a Península Ibérica seria o mais romanizado dos territórios sob controlo romano⁴⁰. Estas condições teriam levado o apóstolo a abandonar o projecto e a desistir de novos ensaios em espaços adjacentes, como a Gália⁴¹. Verificado o falhanço, Paulo deverá ter regressado ao Egeu, com o objectivo de «edificar, exortar e encorajar as igrejas que fundara»⁴².

Depois da grande perseguição de 64-65, notícias preocupantes ter-se-ão espalhado pela bacia mediterrânea oriental. A situação previa que, à custa de uma política de terror baseada no martírio, facilmente se erradicaria a comunidade cristã da Urbe, o que poderá ter «forçado» Paulo a regressar à capital⁴³. Aí terá sido de novo preso, desta vez encarcerado⁴⁴, e envolvido no processo que terminou com a execução do apóstolo. Mas esta é já uma outra problemática. Deixemos claro, todavia, que o tema aqui abordado está longe de ser uma questão pacífica, independentemente da interpretação geral que se faça da *Epístola aos Romanos*, não faltando quem discorde da tese de que a viagem de Paulo de Tarso à Hispânia se tenha efectivamente concretizado e que tudo não tenha passado de uma mera declaração de intenções⁴⁵.

³⁹ Murphy-O'Connor, 2008, 287. Este autor considera que Paulo terá protagonizado um processo conflituoso com a igreja emergente de Roma, precisamente pela concessão da evangelização da Hispânia, onde poderia afirmar o seu protagonismo no âmbito da religião que então começava a propagar-se.

⁴⁰ Eventualmente, poder-se-ia considerar que a língua não deverá ter sido um verdadeiro obstáculo, pois o latim poderia ter sido usado para a evangelização. Como Paulo escreveu em grego, porém... Por outro lado, isso poderá apenas expressa a importância da língua franca do Mediterrâneo oriental.

⁴¹ Clem. Rom. 5, 5-7; *Acta Petri* 1, 3; Murphy-O'Connor, 2008, 364. De qualquer modo, o cristianismo acabou por se difundir nestes territórios.

⁴² Murphy-O'Connor, 2008, 367.

⁴³ Murphy-O'Connor, 2008, 296-298.

⁴⁴ *2Tm* 2,9.

⁴⁵ Walker, 2008, 193, 200.

PROPOSTA DE CRONOLOGIA DA VIDA DE PAULO DE TARSO⁴⁶

c. 6 a.C.:	nascimento
33 d.C.:	conversão
34 d.C.:	viagem a Petra
34-37 d.C.;	viagem a Damasco
37 d.C.:	2ª visita a Jerusalém
37 d.C.:	viagem à Síria e à Cilícia
45-46 d.C.:	viagem a Antioquia
46-48 d.C.:	viagem e ministério na Galácia
48-50 d.C.:	viagem e ministério na Macedónia
50-51 d.C.:	viagem e ministério em Corinto
51 d.C.:	3ª visita a Jerusalém e organização do concílio
51-52 d.C.:	viagem a Antioquia
52-54 d.C.:	viagem a Éfeso
54-55 d.C.:	viagem à Macedónia
55 d.C.:	viagem à Ilíria
55-56 d.C.:	2ª viagem a Corinto
56 d.C.:	3ª visita a Jerusalém
59 d.C.:	estada em Jerusalém e viagem a Cesareia
60-62 d.C.:	1ª viagem e estada em Roma como prisioneiro
62 d.C.:	viagem à Hispânia
62-65 d.C.:	viagem pelo Egeu
65 d.C.:	regresso a Roma
67 d.C.:	morte em Roma

⁴⁶ Ver Murphy-O'Connor, 1996. Propostas alternativas podem ser lidas em Donaldson, 2001, 1071, 1073.